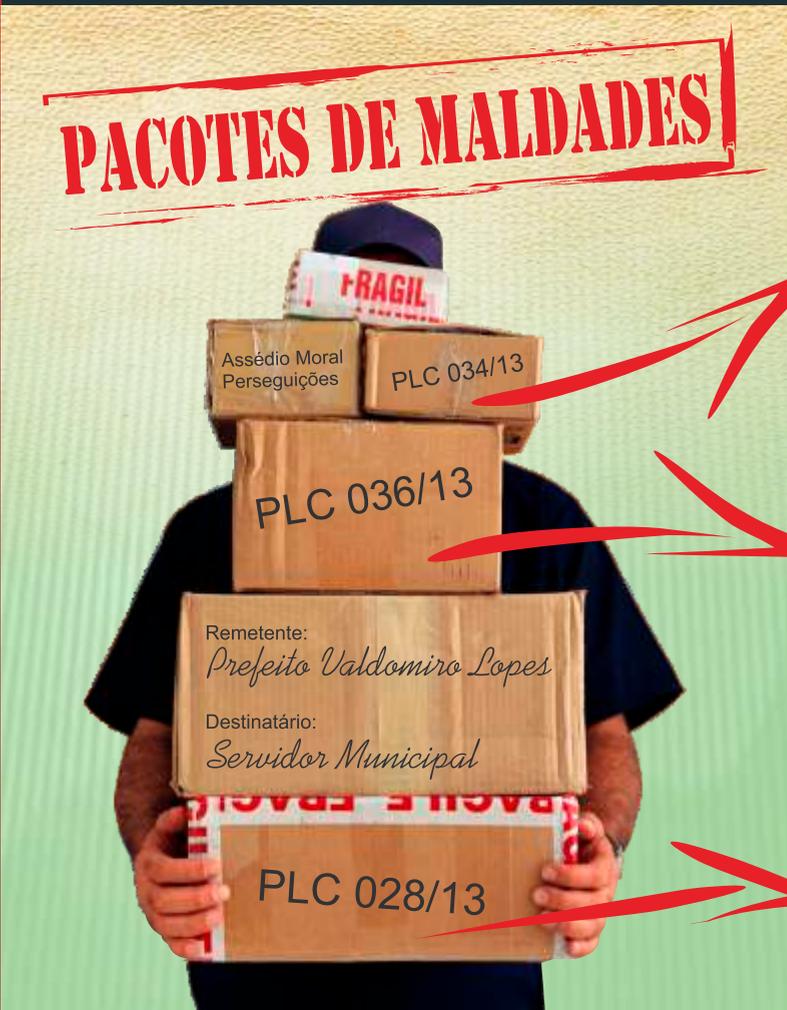




## O primeiro passo para impedir o rebaixamento dos nossos direitos foi vitorioso!

O Ato realizado em frente à Câmara, no dia 15 de outubro, alcançou o nosso objetivo de pautar o debate dos projetos de lei que prejudicam os servidores municipais. A reação de diversos vereadores foi bastante positiva abrindo a possibilidade de impedir o rebaixamento dos nossos direitos.



### GOLPE NA APOSENTADORIA

Irresponsavelmente o atual prefeito quer jogar para os próximos prefeitos o seu dever de colocar recursos na Riopretoprev para pagamento das futuras aposentadorias. A transferência das áreas de propriedade da prefeitura é um presente de grego para o próximo prefeito, pois, ficará para ele o ônus da desocupação da garagem e do almoxarifado ou pagar aluguel.

### TICKET DA FOME

O ticket da fome é um cartão no valor de licitação da unidade de cesta básica que, hoje, estaria em torno de R\$ 90,00. E, embora os servidores já tenham manifestado sua reprovação, a ordem é impor a qualquer custo esta iniciativa. Assim, o servidor que está descontente com a péssima qualidade dos produtos da cesta básica poderá optar por um ticket de valor irrisório.

### ALTERAÇÃO SEM RESPEITO

O prefeito não quer a aprovação de três emendas que são fundamentais para o magistério. Nas horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha não aceitamos a inclusão de palestras, cursos e eventos. A opção dos professores pela jornada de 40 horas, não pode ser "irretratável". E, queremos reduzir de 10 para 5 anos o tempo para incorporação do novo salário da jornada de 40 horas na aposentadoria.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VEREADORES

Por iniciativa de diversos vereadores está aberto o diálogo sobre os projetos de lei que rebaixam nossos direitos.

**Dia 24 de outubro**

(Quinta-Feira)

**as 17h30**

no Plenário da Câmara

# Estudo da Caixa Econômica Federal aponta calote na aposentadoria do servidor

A possibilidade do servidor municipal segurado da Riopretoprev receber os benefícios previdenciários a que tem direito é cada vez menor. Com dados de dezembro de 2.012, a Caixa Econômica Federal aponta um déficit atuarial (dívida da prefeitura com a Riopretoprev) de quase 786 milhões de reais.

Situação atuarial da Riopretoprev calculada pela Caixa Econômica Federal	
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos	R\$ 449.904.156,89
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	R\$ 520.399.576,39
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ 970.303.733,28
Ativo do Plano em aplicações financeiras	(-)R\$ 184.393.545,31
<b>Déficit Técnico Atuarial</b>	<b>R\$ 785.910.187,97</b>

Ou seja, para que todos os segurados ativos e inativos da Riopretoprev tenham a garantia do recebimento dos benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão, etc) é necessário que a prefeitura transfira 786 milhões de reais para a Riopretoprev em 35 anos. Porém, desde a criação da Riopretoprev em 2001 foi transferido da prefeitura para a autarquia apenas 15,9 milhões de reais. Ou, em termos percentuais, 2% do volume total de recursos necessários.

Comparativo atuarial da Riopretoprev calculado pela Caixa Econômica Federal					
Ano base do Estudo	Servidores inativos	Servidores ativos	Relação inativo/ativo	Déficit atuarial	Crescimento do déficit
2001	254	2269	1:9	284,2	-
2012	737	4087	1:5,5	785,9	177%

E, ao compararmos a situação atuarial de 2.001 (ano de criação da Riopretoprev) e 2.012 (último Estudo Atuarial) vemos que o endividamento da prefeitura para bancar nossos direitos previdenciários quase que triplicou em uma década. Sendo que no mesmo período o número de servidores ativos que contribuem caiu quase pela metade quando comparado com o número de inativos que recebem os benefícios.

Este quadro de absoluta falência previdenciária e o desrespeito à Portaria 403/2008, a qual estabelece a obrigatoriedade do estabelecimento em Lei do Plano de Amortização do Déficit Atuarial (plano de pagamento da dívida), fez com que o Ministério da Previdência Social suspendesse o Certificado de Regularidade Previdenciária da Riopretoprev em fevereiro de 2.013.

Sendo, ainda, que o atual Certificado de Regularidade Previdenciária somente voltou a ser emitido após a Prefeitura Municipal assumir o compromisso de garantir a aprovação de lei do plano de pagamento da dívida com a Riopretoprev. Porém, ao criar um Grupo de Trabalho para estudar as medidas a serem adotadas, os representantes dos servidores públicos municipais foram excluídos.

E, em reunião extraordinária do Conselho Municipal da Previdência, realizada em 27 de agosto de 2.013, o Relatório do Grupo de Trabalho foi aprovado apenas pelos representantes do prefeito municipal, sendo inclusive negado o acesso solicitado pelos representantes dos servidores municipais no Conselho Municipal da Previdência ao banco de dados, disponibilizados pela autarquia ao atuário responsável, para fins de aferição do resultado alcançado.

A partir deste Relatório foi produzido o Projeto de Lei Complementar 034/13 propondo um Plano de Amortização do Déficit Atuarial (plano de pagamento da dívida). Este Plano, reproduzido abaixo, mostra um cronograma extremamente generoso com o atual prefeito e impraticável para os próximos prefeitos.

Plano de Pagamento da Dívida para a Riopretoprev proposto no PLC 034/13		
Ano	Contribuição Suplementar sobre o total da Folha de Pagamento dos ativos	Valor em milhões de reais (base junho de 2013)
2013 e 2014	2,09%	4.149.058,79
2015 e 2016	6,29%	12.486.880,29
2017	11,79%	23.405.456,06
2018	17,79%	35.316.629,62
2019	22,79%	45.242.607,59
2020	27,79%	55.168.585,56
2021	32,79%	65.094.563,53
2022 a 2047	40,16%	79.725.455,06

Mas, a generosidade com o atual prefeito não está apenas nos reduzidos valores de repasses, mas, também, na isenção de contribuição complementar nos anos de 2013, 2014 e 2015 (coincidentemente o período que resta do atual governo) mediante a transferência em até 2016 (primeiro ano do mandato do próximo prefeito) de imóveis, pertencentes e em pleno uso, da prefeitura para a Riopretoprev.

Assim, alertamos para o fato de que a aprovação do PLC 034/13 é um golpe na aposentadoria do servidor municipal. O prefeito Valdomiro Lopes quer passar a responsabilidade para os futuros prefeitos quando é seu dever iniciar de forma honesta a quitação da dívida da prefeitura para garantir a nossa aposentadoria.